

AGRONEGÓCIO CAFEEIRO, AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR: DINÂMICA E DESAFIOS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS GERAIS - MG

Guilherme Guiari Silva Correia¹
Flamarion Dutra Alves²
Mariana Romanzini Freire³

RESUMO

O Sul de Minas Gerais desempenha um importante papel nacional na produção de café, possuindo grandes e tradicionais redes de plantio dessa cultura com forte presença de agricultores familiares espacializados no espaço agrário e citadino, sendo a produção dessa commodity, uma das principais formas de geração de renda da região. O território sul-mineiro é responsável por 25% da produção do café de todo território nacional, tornando a região altamente incorporada ao mercado mundializado gerando significativos impactos na organização e estrutura da rede urbana da região. Campos Gerais, município localizado no sul de Minas Gerais, é o segundo maior produtor de todo o estado. Assim sendo, o objetivo geral do presente artigo é analisar a dinâmica da produção agrícola de Campos Gerais no período entre 1988 à 2020, analisando como o café tem ocupado os hectares destinados à plantação neste município em (co)relação ao cultivo de outros produtos e alimentos necessários para a superação da insegurança alimentar brasileira. Será que alimentos essenciais à saúde humana estão tendo seus espaços substituídos para a manutenção dos interesses do capital? Ademais, entender como a cidade reestruturase para suprir as necessidades produtivas e de distribuição do agronegócio, analisando os fixos – comércios, cooperativas, distribuidora de insumos, trading's agrícolas – e sua distribuição espacial. Foi possível observar uma tendência de commoditização do território em Campos Gerais, que não apenas esvazia o campo em termos de alimentos e atores, mas também especializa a cidade em detrimento dos atendimentos do agronegócio.

Palavras-chave: Cidades do Agronegócio; Geografia Agrária; Agricultura Familiar.

ABSTRACT

The Southern region of Minas Gerais plays a significant national role in coffee production, boasting extensive and traditional networks for cultivating this crop, with a strong presence of family farmers both in rural and urban spaces. The production of this commodity stands as one of the main sources of income for the region. The southern Minas Gerais territory is responsible for 25% of the national coffee production, making the region highly integrated into the global market and generating significant impacts on the organization and structure of the urban network in the area. Campos Gerais, a municipality located in the south of Minas Gerais, is the second-largest producer in the entire state. Therefore, the overall objective of this article is to analyze the dynamics of agricultural production in Campos Gerais from 1988 to 2020, examining how coffee has occupied the hectares designated for cultivation in this municipality in relation to the cultivation of other products and foods necessary to overcome food insecurity in Brazil. Are essential foods for human health being replaced to maintain

¹ Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas- MG. Bolsista fomentado pela FAPEMIG. guilherme.correia@sou.unifal-mg.edu.br;

² Prof. Dr. do PPGeo/UNIFAL – PPGeOG/UFSJ. Líder do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES/UNIFAL-MG), flamarion.dutra@unifal-mg.edu.br;

³ Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas- MG. Bolsista fomentado pela CAPES, mariana.freire@sou.unifal-mg.edu.br;

capital interests? Furthermore, the study seeks to understand how the city restructures itself to meet the productive and distribution needs of agribusiness, analyzing fixed establishments such as businesses, cooperatives, input distributors, and agricultural trading companies, along with their spatial distribution. A trend of commodification of the territory in Campos Gerais has been observed, not only depleting the rural areas in terms of food and participants but also specializing the city at the expense of meeting the needs of agribusiness.

Keywords: Cities of Agribusiness; Agrarian Geography; Family Farming.

INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira, principalmente no século XX, influenciada majoritariamente pelas ideologias neoliberais, sofreu uma reestruturação produtiva através da implementação dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde e inseriu-se em uma lógica mercadológica mundial de expansão do capital. Essas transformações propiciaram, no caso brasileiro, uma reestruturação urbana com o surgimento de diversas cidades pequenas e expansão de médios centros urbanos com fortes relações entre o campo e a cidade. Houve, então, o surgimento dessa agricultura mundializada conhecida como agronegócio brasileiro voltado principalmente à produção de commodities.

Esse setor produtivo é comumente exaltado pelos atores hegemônicos e pela própria mídia como sendo exclusivamente positivo para a macroeconomia nacional, o que mascara o caráter predador e excludente desse modo de (re)produção capitalista que cada vez mais causa graves danos socioambientais através de sua territorialização e ocupa o espaço produtivo de outros alimentos essenciais à nutrição humana (POMPEIA, SCHNEIDER, 2021), além de comprometer a segurança alimentar (COSTA, 2016). Não obstante, esse modo de produzir no campo, têm como característica necessitar que as cidades próximas ao campo produtor tenham suas formas e funções alteradas em detrimento de atender às exigências imediatas de produção e escoamento da produção. Essas cidades do campo (SANTOS, 1988), do agronegócio (ELIAS, 2007), ou rurais (ALVES, 2021), refletem a gestão urbana de centros especializados para o atendimento de um capital mundializado da agricultura.

O Sul de Minas Gerais exerce um papel de destaque nacional como uma importante região produtora de café. Apresenta uma arraigada tradição na plantação dessa commodity, vastas extensões dedicadas à cultura e uma grande presença da agricultura familiar plantando café, além de cooperativas que desempenham um papel importante no circuito agroindustrial e na inserção dessa categoria social. Essa realidade se manifesta como o principal impulsionador econômico da localidade. Além disso, a região é responsável por um quarto da produção nacional de café, consolidando-se como uma das principais regiões produtoras no estado. Essa

significativa participação no mercado globalizado gera impactos substanciais na organização e estrutura da rede urbana local, conforme discutido por Filetto (2001), Vale (2014) e Alves (2021).

Campos Gerais é um município sul mineiro com uma população de 27.600 habitantes, sendo 19.156 (69,4%) residentes urbanos e 8.444 (30,6%) moradores rurais (IBGE, 2010). O município fica localizado na Região Geográfica Imediata de Alfenas, segundo delimitação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Vale explicitar que dentre todos os 13 municípios da RGI de Alfenas, Campos Gerais é aquele que mais possui área destinada ao cultivo do café. Em 2017 havia, no município, 3.009 estabelecimentos agropecuários com uma área total de 61.122 hectares de extensão (IBGE, 2017). Destes 3.009 estabelecimentos agropecuários, 2.116 (70,3%) advinham da agricultura familiar e apenas 22 desses produtores familiares não possuíam vínculos com o PRONAF (IBGE, 2017). Em 1988, o café ocupou 20.055 hectares de toda área cultivável do município, alcançando 22.030 hectares no ano de 2020 com pequenas oscilações durante os anos expostos (IBGE, 2017).

Essa questão coloca Campos Gerais como o maior produtor da commodity dentro da Região Geográfica Imediata de Alfenas, refletindo direta e indiretamente a importância que esse grão possui para a dinâmica econômica e espacial do município e de sua inter-relação com outros espaços. Essa dinâmica demanda uma interdependência com outros centros produtores, de distribuição e mercados consumidores, principalmente no exterior. Destarte, o objetivo geral do presente artigo é analisar a dinâmica da produção agrícola de Campos Gerais no período entre 1988 à 2020. Entre os objetivos específicos está identificar o comportamento das culturas ligadas ao agronegócio, sobretudo o café e as culturas destinadas ao abastecimento populacional associadas à agricultura familiar e suas problemáticas, a partir do contexto regional. Ademais, analisar através da paisagem urbana, como a cidade reestrutura-se para suprir as necessidades produtivas e de distribuição do agronegócio, analisando os fixos – comércios, cooperativas, distribuidora de insumos, *trading's* agrícolas – e sua distribuição espacial.

METODOLOGIA

Essa pesquisa parte de uma metodologia quali-quantitativa, dessa forma, para o desenvolvimento deste trabalho foi necessário primeiramente uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos e assuntos pertinentes para o entendimento da problemática, como agricultura familiar, agronegócio, cafeicultura e segurança alimentar. Em um segundo momento há realização de uma pesquisa de cunho quantitativo sobre o próprio município utilizando os dados



disponíveis dos últimos dos censos demográficos e agropecuários, advindos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pertinentes para o entendimento das estruturas demográficas, econômicas, político-administrativas e espaciais do município.

Em um segundo momento, foi realizado o levantamento de dados referente a produção agrícola de Campos Gerais entre os anos de 1988 e 2020 levando em consideração a área destinada à produção, ajudando a entender como o agronegócio tem se territorializado no município e se o espaço de plantio de alimentos para o abastecimento interno tem sido substituído pela plantação de commodities agrícolas. Para esta etapa, ocorre o uso principalmente da Pesquisa Agrícola Municipal, disponível no banco de dados do SIDRA (IBGE), disponibilizado de forma online. Ademais, utilizando o projeto Mapbiomas, foi realizado um mapeamento visando a espacialização do café no município no ano de 2021, assim sendo possível visualizar a capacidade de territorialização dessa commodity.

O último momento é utilizado para observar e analisar os fixos relacionados aos consumos produtivos e aos atendimentos direto às demandas do agronegócio presentes no espaço citadino do município, visando entender como a paisagem da cidade é, também, dinamizada pelos esforços do capital agropecuário, reforçando o caráter de interdependência desses dois espaços de contiguidade. Foram utilizados para esse momento ferramentas de SIG como o Google Maps e Google Earth, buscando elencar a maioria dos estabelecimentos voltados ao atendimento do agronegócio em Campos Gerais. Com o levantamento desses dados, foram produzidos quadros com a lista de todos os consumos produtivos analisados. Por fim, utilizando o software Quantum Gis, foi realizado um mapeamento desses estabelecimentos para entender como a espacialização desses fixos pode seguir uma lógica de facilitação dos fluxos para (re)produção do capital agropecuário e do agronegócio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No ano de 1988, Campos Gerais contava com uma área destinada ao plantio de 30.282 hectares. No respectivo ano, 5 ha foram destinados à plantação de alho; 1.165 ha ao plantio de arroz; 27 ha ao cultivo de banana; 130 ha ao da batata inglesa; 20.055 ha a plantação de café; 4.809 ha de cana de açúcar; 1700 ha ao cultivo de feijão; 50 ha ao plantio de laranja; 41 ha foram destinados para o plantio de mandioca e 2300 ha ao cultivo de milho.

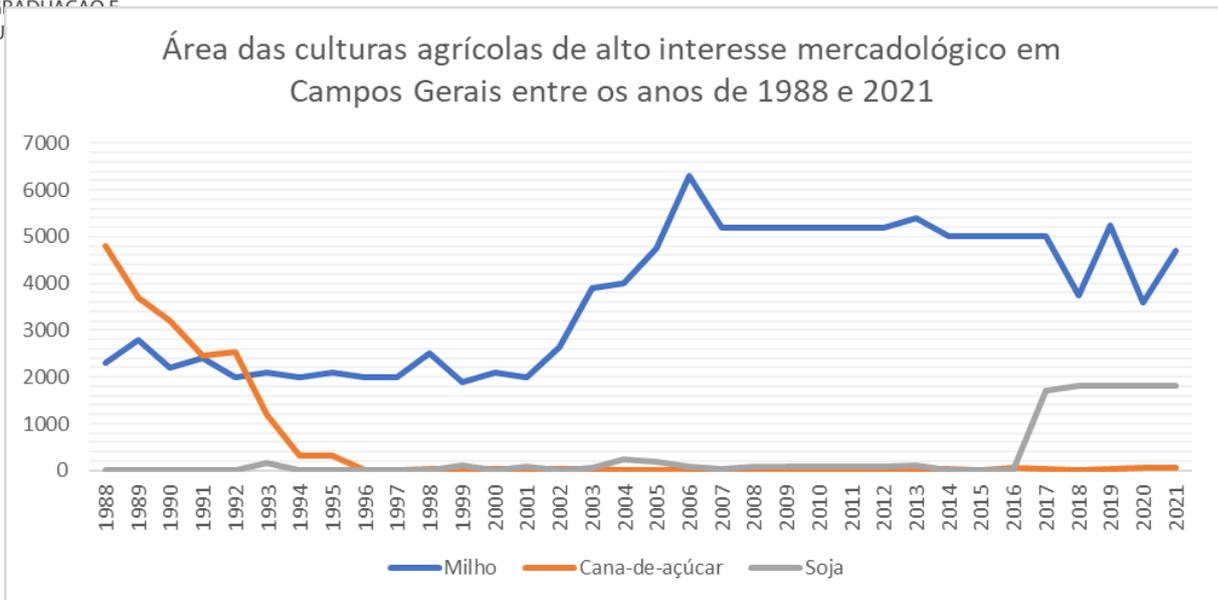
No primeiro ano, o espaço agrícola do município foi utilizado para a plantação de 10 produtos, passando para 18 em 2020. A área total plantada também diminuiu, mesmo que percentualmente praticamente imperceptível, com uma diminuição de 1,5% aproximadamente,

passando para o valor total de 29.827. Deste total, 80 ha foram utilizados para a plantação de abacate; 2 ha para a de abacaxi; 3 ha para o plantio de arroz; 150 ha para o cultivo da aveia; 13 ha para a plantação de banana; 15 ha para a de batata inglesa; 22.030 ha para o cultivo do café; 52 ha para o de cana de açúcar; 1700 ha para o cultivo de feijão; 2 ha para o de laranja; 15 ha para o plantio de mandioca; 3600 ha foram utilizados para a plantação do milho; 1800 ha utilizados no plantio de soja; 30 ha para o sorgo; 45 ha para o cultivo de tangerina; 8 ha para a plantação de tomate e 2 ha para o cultivo da uva.

Mesmo com a maior pluralidade produtiva e uma redução, mesmo que pequena, na área cultivável do município, é possível observar uma diminuição na plantação de alimentos essenciais que deram espaço à produção de commodities agrícolas. Enquanto os hectares cultivados no espaço agrícola do município tiveram uma queda percentual de 1,5%, em relação contraditória, o café teve um aumento de aproximadamente 9,8%. O arroz, contudo, teve uma queda de aproximadamente 99,7% em sua produção no município. Ao pensarmos nos alimentos bases da alimentação brasileira, o único que não teve queda – porém, nem aumento – foi o feijão, que manteve 1.700 ha destinados a sua produção. A soja também ganha espaço, tanto na reflexão, quanto no espaço agrícola do município, passando de nenhum hectare destinado ao seu cultivo em 1988 para 1800 ha no ano de 2020.

No que concerne a produção de produtos agrícolas com alto interesse mercadológico e essenciais para a manutenção da lógica do agronegócio no Brasil, houve uma tendência de aumento na maioria das culturas, com ressalva à cana-de-açúcar. O cultivo de cana apresentou um decréscimo durante os anos analisados, passando de 4.809 hectares em 1988 a apenas 45 (ha) em 2021. Dentre as inúmeras variáveis que podem estar aí incluídas, como a alta especialização cafeeira do município e o crescente aumento da área destinada à soja, a diminuição espacial dessa cultura também pode estar ligada a usina açucareira Monte Alegre, instalada em Monte Belo – município presente na mesma Região Geográfica Imediata – que acaba por concentrar a produção de cana-de-açúcar nas suas imediações e mais recentemente no município limítrofe de Areado (CORREIA, 2022). Por outro lado, o milho cresceu de 2.300 hectares no ano de 1988 – com médias oscilações durante todos os anos, inclusive alcançando 6.300 (ha) no ano de 2006 – para 4.700 hectares no ano de 2021. Ou seja, com um aumento de aproximadamente 104%, o milho dobrou sua área no território agrícola da região. Essa cultura, além de servir para propósitos de exportação, também auxilia na manutenção da pecuária intensiva, servindo como ração aos animais (gráfico 1).

Gráfico 1: Área das culturas agrícolas de alto interesse mercadológico em Campos Gerais - 1988 à 2021:



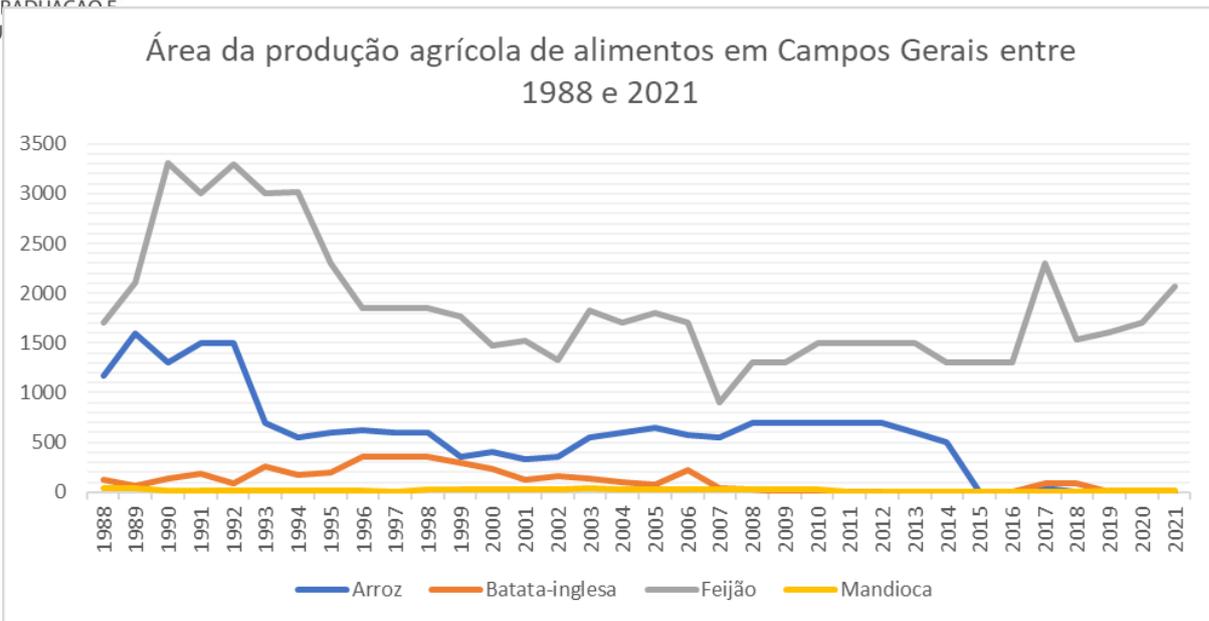
Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE, 2021)

Elaboração: Os autores

Como supramencionado, a soja aparece nos últimos anos ocupando uma significativa área de plantio do território agrícola do município. A cultura não existia na estrutura campestre de Campos Gerais em 1988 e aparece de forma tímida em alguns anos antes de 2016: 160 (ha) em 1993; 100 (ha) em 1999; 80 (ha) em 2021; 50 (ha) em 2003; 250 (ha) em 2004; 180 (ha) em 2005; 80 (ha) em 2006; 20 (ha) em 2007; 80 (ha) de 2008 à 2012; 100 (ha) em 2013; e nenhum hectare de 2014 à 2016. Entretanto, a partir do ano de 2017 o plantio de soja dispara alcançando 1.720 hectares e a partir de 2018, ocupa 1.800 (ha) no território agrícola de Campos Gerais. Essa questão merece atenção emergente, não apenas por estar ocupando áreas de plantio de alimentos para a população da região, mas também por se tratar de um fenômeno que demonstra a capacidade do agronegócio e seus agentes territorializar-se mesmo em áreas com dificuldades bióticas e geomorfológicas, visto que a região apresenta, como uma de suas características, um relevo bastante acidentado que dificulta, em muito, a mecanização completa do espaço agrário dos municípios presentes ali.

Se por um lado a maioria dos produtos de interesse para o agronegócio tenderam ao aumento, àqueles produtos de produção familiar para o abastecimento interno apresentaram uma diminuição em sua área de cultivo. Separamos, para a análise, quatro alimentos que consideramos essenciais para uma dieta saudável e nutricional que visa abastecer os mercados locais e regionais para assegurar a segurança alimentar, não apenas das famílias consumidoras, mas também da própria população que a produz, sendo o arroz, feijão, batata-inglesa e mandioca (gráfico 2).

Gráfico 2: Área da produção agrícola de alimentos em Campos Gerais - 1988 à 2021:



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE, 2021)
Elaboração: Os autores

Dentre todas essas produções, o feijão destaca-se por não apresentar uma queda significativa na área de plantio, tendo sido plantado em 1.700 (ha) no ano de 1988 e 2.065 (ha) no ano de 2021. Conquanto, há de se fazer algumas considerações. Entre os anos de 1989 até 1994 o feijão vinha apresentando um aumento em sua área cultivada, chegando a 3.300 (ha) em 1992. Contraditoriamente, a partir de 1995 – ano de criação do PRONAF – o plantio de feijão começou a apresentar uma decréscimo constante, chegando a 1.325 (ha) em 2002 e 900 (ha) em 2007. A nível teórico, a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), deveria ser um auxílio para a (re)produção dos agricultores familiares e a manutenção de uma produção de alimentos para o abastecimento interno e regional. Entretanto, a partir de sua implementação essa produção parece decair em face a outros produtos agrícolas, que não necessariamente alimentam a população. Outra consideração a respeito da manutenção média dessa produção, é que por seu caráter herbáceo e suas características morfológicas, essa cultura permite ser plantada entre outras culturas ao mesmo tempo, desde que haja os nutrientes necessários para esses dois plantios. Ou seja, mesmo em corredores de plantio de café, há a possibilidade de se plantar feijão para o “aproveitamento” do solo. Porém, muitas vezes, essa dinâmica demanda uma maior quantidade de fertilizantes, insumos e agrotóxicos, piorando a qualidade do trabalho e do alimento.

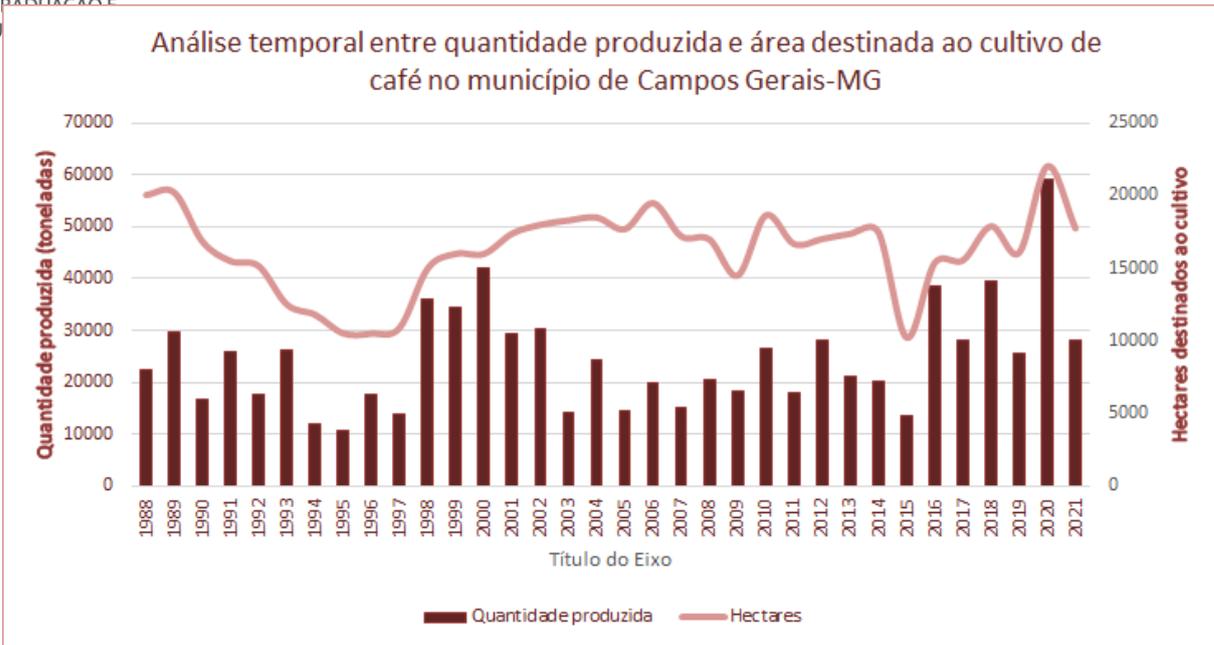
Se o feijão foi, de certa maneira, mantido no território agrícola de Campos Gerais, outros plantios de alimentos foram quase ou completamente substituídos. A mandioca ocupava, em 1988, 41 (ha) – seu ápice de produção – mantendo uma média entre 15 à 35 (ha) nos anos

analisados até o ano de 2021, com 15 hectares plantados. 130 hectares do município eram ocupados pelo cultivo de batata-inglesa em 1988, chegando no ápice de espaço destinado à ela entre os anos de 1996 e 1998, com 350 (ha). A partir de 1999 houve uma diminuição contínua na área cultivada chegando a 80 (ha) em 2005 e voltando para 220 (ha) em 2006. Em 2007, 35 (ha) foram plantados, diminuindo novamente nos anos subsequentes até desaparecer pela primeira vez em 2014. Em 2017 e 2018 foram plantados 90 (ha) e 15 no ano de 2020, voltando a desaparecer em 2021.

O arroz é, dentre todos os alimentos analisados, aquele que mais surpreende em relação ao espaço de sua produção agrícola entre os anos pesquisados. Ocupando uma área de 1.165 hectares em 1988, o plantio apresenta um decréscimo constante e crescente durante a análise temporal até desaparecer em 2015. Em 2017 o arroz voltou a ocupar espaço no território agrícola do município, entretanto apenas com 35 (ha). Nos anos subsequentes, apenas 3 (ha) foram destinados ao cultivo do arroz. Porém, essa diminuição do arroz em detrimento a commoditização do território, além de representar os interesses do capital do agronegócio em uma cidade significativamente especializada na produção cafeeira, remonta a análise feita por Costa (2023). Ao estudar o município limítrofe de Alfenas, Costa (2023) demonstra que a implementação da usina hidrelétrica de Furnas na década de 1960 e o conseqüente represamento dos rios da região, inundou áreas de várzea antes muito favoráveis a produção de arroz, demandando que os agricultores antes especializados nesse cultivo ou migrassem de região ou alterassem sua produção, muitos optando pelo café como forma de (re)produção familiar e produtiva. É passível de análise verificar se esses agricultores que plantavam arroz na década de 1990 eram, ainda, remanescentes dessas antigas famílias produtoras.

O café, por sua vez, apresenta uma relação contrária se comparado ao cultivo de feijão. Com 20.055 hectares plantados da commodity no território agrícola do município em 1988, o café vinha apresentando um decréscimo em área até o ano de 1996, chegando a 10.500 (ha), diminuindo pela metade a área plantada. Entretanto, a partir desse ano, a área do café volta a crescer, alcançando novamente quase 20.000 (ha) em 2006 e chegando a 22.030 hectares em 2020. Em 2021, os cafeeiros ocupavam uma área de 17.750 hectares em Campos Gerais (IBGE, 2021) (gráfico 3).

Gráfico 3: Análise temporal entre quantidade produzida (t) e área destinada ao cultivo (ha) de café em Campos Gerais - 1988 à 2021:



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE, 2021)
Elaboração: Os autores

Quanto à quantidade produzida, é preciso levar em consideração o caráter bienal de produção que essa cultura perene apresenta, alguns anos produzindo mais por pé de café do que em outros. Entretanto, alguns padrões parecem se manter em relação à área de cultivo. Até o ano de 1995 a quantidade produzida de café acompanha a queda da área de produção, passando de 22.440 toneladas produzidas em 1988 para 10.721 toneladas em 1995. A partir deste ano há um aumento gradual da quantidade, alcançando 42.000 toneladas no ano de 2000, voltando a apresentar queda, com pequenas variações, até o ano de 2016, onde volta a crescer até alcançar 59.275 toneladas produzidas em 2020.

Como aponta Filetto (2001), houve em 1990 uma forte supressão das regulamentações governamentais da produção cafeeira a partir da extinção do Instituto Brasileiro do Café (IBC), desarticulação da política cafeeira, “suspensão do Acordo Internacional do Café, em 1989; supressão dos registros de exportação, em 1991; tabelamento no mercado interno, até 1992” (p. 52). Entretanto, isso remeteria a uma maior facilidade mercadológica do café a partir de 1990, algo que não é representado nos dados de produção de Campos Gerais, que diminui a partir desse período. Porém, ao entendermos a estrutura fundiária do município, com alto número de agricultores familiares, a criação do PRONAF adjunto à essas facilidades no setor agroexportador pode ter influenciado no aparecimento de uma agricultura familiar voltada ao plantio de commodities – neste caso o café – e não de alimentos, visto que a produção alimentícia tende a diminuir a partir de 1995 enquanto a produção de café aumenta no mesmo período. Costa (2023) já havia demonstrado que muitos agricultores familiares já haviam migrado suas

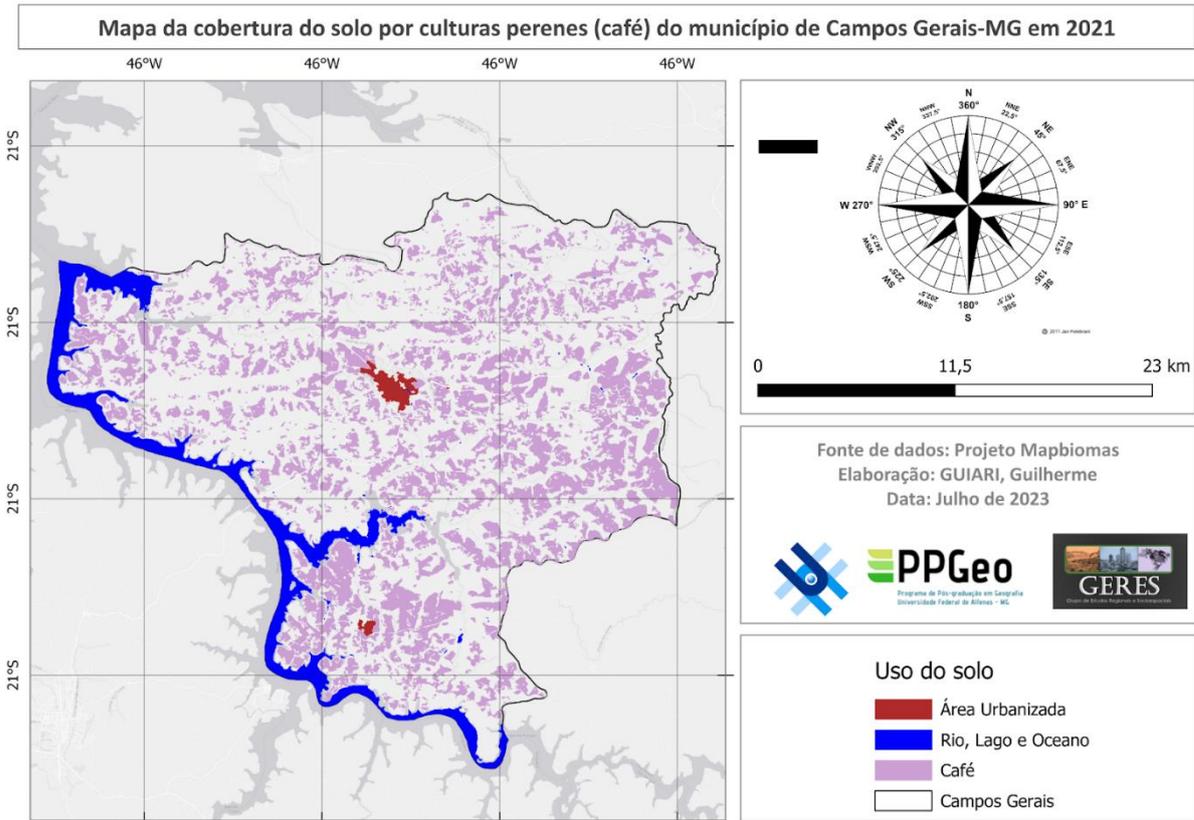


produções à produção de café, entretanto, neste caso, cria-se a hipótese de que a citada política pública tenha se tornado uma estratégia de inserção da agricultura familiar à uma agricultura exportadora inserida nas cadeias agro-produtivas do agronegócio visando sua (re)produção social e mercadológica.

A grande quantidade de cooperativas de café, assim como as informações disponibilizadas por elas acerca dos próprios cooperados corroboram com essa hipótese. Segundo o site da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé LTDA (COOXUPÉ), presente no espaço citadino e campestre de Campos Gerais, a cooperativa possui mais de 18 mil cooperados, recebendo café de mais de 300 municípios “sendo mais de 97% deles pequenos produtores que vivem da agricultura familiar” (COOXUPÉ). No caso específico de Campos Gerais, dos 2.116 estabelecimentos agropecuários, apenas 22 não possuíam vínculo algum com o PRONAF (IBGE, 2017). Fato esse que reforça a hipótese supracitada.

O espaço agrário é dessa forma alterado ao substituir as áreas de plantio de alimentos, áreas florestais, ou de quaisquer outros mosaicos de usos presentes em determinado recorte espacial enquanto, ao mesmo passo, altera as relações sociais e econômicas dos atores presentes no campo. Buscando o enriquecimento da pesquisa e a espacialização dessa produção, que visa ultrapassar os limites quantitativos dos dados produtivos, faz-se necessário entender a distribuição espacial do café no espaço agrário do município. O projeto MapBiomias, formado por uma rede colaborativa de ONGs, universidades e startups de tecnologia, realiza mapeamentos “produzidos a partir da classificação pixel a pixel de imagens dos satélites Landsat” (MapBiomias). Utilizando os mapeamentos de uso e ocupação do solo e a classificação de lavouras perenes, neste caso o café, é possível, a partir da plataforma, observar qual a espacialidade da expansão horizontal do plantio cafeeiro no município de Campos Gerais em 2021 (mapa 1).

Mapa 1: Mapa de cobertura do solo por culturas perenes (café) no município de Campos Gerais-MG em 2021:



Fonte: Projeto MapBiomias (coleção 7.1)
Elaboração: Os autores

Percebe-se uma densidade espacial que cobre todo o limite territorial do município de Campos Gerais. Assim, tanto a paisagem, quanto às relações que nela ocorrem para que se afirme como tal, são alteradas e dinamizadas em prol desse modo de produzir no campo, que não limita-se, no caso do município em questão e na própria região, a grandes produtores, mas cada vez mais tem cooptado agricultores familiares, influenciados pelas multinacionais e cooperativas presentes na região, a inserir-se ao agronegócio cafeeiro. Agricultura familiar e agronegócio, podem parecer conceitos divergentes que não devem ocupar a mesma sentença. Entretanto, ao observar a realidade local e regional, as contradições superam os limites conceituais de tais categorias de análise e se mesclam em uma relação contraditória e desigual de (re)produção.

Ademais, as influências e transformações no espaço vindas do setor agropecuário não limitam-se às dinâmicas da agricultura ou ao espaço agrário das regiões produtoras. Como aponta Elias (2007; 2022), essas dinâmicas produtivas, ou essa commoditização do território agrícola (ALVES, 2021), não alteram apenas o espaço agrário de determinada localidade, mas influencia na própria produção do espaço citadino circundante, que necessita alterar-se em detrimento de atender, a partir de determinados consumos produtivos, as demandas dessa



agricultura mundializada, voltada, principalmente para a exportação a partir da aceleração dos fluxos e da circulação. Esses são “espaços urbanos não metropolitanos inseridos em amplas regiões produtoras de commodities agrícolas, nos quais ocorre a gestão local e regional do agronegócio. De maneira geral, possuem distintos níveis de urbanização e são cidades pequenas ou médias.” (ELIAS, 2022, p. 1009).

No caso de Campos Gerais, é possível perceber na paisagem citadina do município uma variedade de fixos responsáveis pelos fluxos de atendimento a produção, manutenção, assistência, comercialização e distribuição do agronegócio, sendo eles: cooperativas de café, bancos de crédito e financiamento rural, distribuidora de fertilizantes, trading’s agrícolas, armazéns de grãos e algumas lojas de ferramentas e insumos agrícolas, assim como serviços de assistência técnica, como empresas privadas de prestação de serviços e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER) (quadro 1).

Quadro 1: Estabelecimentos voltados ao atendimento agropecuário no município de Campos Gerais:

Campos Gerais		
Cooperativas	Serviços	Armazéns
Cooxupé	Sávio Coelho Comércio de Café	Armazém Café - Coopercam
Coopercam	Geagro	Coopercam Armazém 2
	Agrocampo	Armazém de Adubo - Coopercam
Bancos e crédito rural	EMATER-MG	
Sicoob Credcam	Casa da Lavoura de Campos Gerais	
Sicoob Credicitrus	RE Agrícola	
Sicredi	Agromar	
Sicoob Crediacip	IMA - Instituto Mineiro de Agropecuária	
	Pró Solo Representações	
Fertilizantes	Corpal	
Fertilizantes e Campos das Gerais	Laticínios Campos Gerais	
	CG Fibra	
Trading’s agrícolas	Comércio Varejista de Insumos e Cereais	
Grão de Ouro Agronegócios	Leandro Tratores	

Fonte: Correia (2022)

A circulação da produção como mercadoria através das redes do agronegócio ligam o local ao global através de alguns desses pontos de atendimento aos serviços, como as cooperativas, responsáveis pela comercialização externa e os bancos de crédito agrícola, que viabilizam boa parte da produção e implementação tecnológica das fazendas. Conquanto, a cooptação e a fragilidades desses agricultores familiares com menos poder monetário que grandes produtores de café, não deve ser ignorada, pois muitas vezes eles se sujeitam a dívidas que comprometem boa parte da renda para poderem se inserir nesse mercado de commodities.

A lógica de espacialização desses fixos também obedece a maior facilidade de circulação desses fluxos materiais entre as redes de distribuição da produção. No que concerne às cooperativas, elas espacializam-se próximo ao eixo sul da BR-369 que dá acesso a cidade de

Alfenas, considerada pelo REGIC 2018, um Centro Sub-Regional (IBGE, 2018) e que polariza os municípios de sua área de influência. Ademais, a mesma rodovia é um acesso às principais saídas da cidade para a área campestre do município. Tanto as lojas e trading's quanto os serviços tendem a localizar-se próximo das cooperativas, principalmente da sede COOPERCAM, cooperativa do próprio município. Os únicos prestadores de serviços técnicos especialmente mais distantes são a EMATER, que localiza-se na área central ao lado da prefeitura municipal de Campos Gerais e algumas lojas especializadas (mapa 2).

Mapa 2: Mapa de localização dos estabelecimentos voltados ao atendimento agropecuário no município de Campos Gerais:



Elaboração: GUIARI, Guilherme (2023)

Isso demonstra a estratégia de concentrar-se espacialmente nesses fixos para facilitar os fluxos de circulação de pessoas, bens e serviços. Por outro lado, os bancos de crédito e financiamento agrícola localizam-se, majoritariamente, na área central, sendo que três deles estão localizados na praça central da cidade onde há uma maior circulação de pessoas. Isso reforça a ideia da “importância” do papel do modo de produção capitalista na produção do espaço geográfico. Não é sobre pensar na subordinação do campo pela cidade, ou nas diferenças entre ambos os espaços e suas singularidades, por mais que existam. Como corrobora Sposito (2010), a análise hodierna dos espaços do campo e da cidade demandam menos reflexões sobre

suas particularidades e mais atenção às interligações entre eles (p. 57). Embora o campo e a cidade possuam particularidades definidas por distintos conteúdos sociais (SOUZA, 2010, p. 205), é equivocado concebê-los como espaços dicotômicos ou subordinados hierarquicamente um ao outro. Na sociedade atual, torna-se imperativo considerar o campo e a cidade como espaços contíguos, nos quais não ocorre a subordinação de um pelo outro, mas sim a submissão de ambos ao modo capitalista de produção (CARLOS, 2004).

[...] pensar rural e urbano como partes de um mesmo processo contraditório de desenvolvimento do capital, mas que resguardam suas especificidades caracterizadas por conteúdos sociais diferenciados, que propiciam uma nova forma de contato entre a sociedade (com todas suas contradições) e a natureza. (SOUZA, 2010, p. 205)

Assim sendo, tanto o campo quanto a cidade vão ter seus espaços e as relações que nele ocorrem ditados pelos interesses do modo de produção vigente. Com a modernização da agricultura, principalmente a partir da chamada Revolução Verde, de forma dialética, o espaço citadino, muitas vezes é produzido para atender as necessidades inerentes de produção no campo, assim como o espaço rural pode ser um produto das intencionalidades das cidades próximas ou do outro lado do mundo. Esse fenômeno pode ser melhor visto em cidades pequenas e médias, que não raro, se especializam para o atendimento imediato do agronegócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território brasileiro conheceu grandes mudanças socioespaciais, principalmente a partir do último quartil do século XX. A expansão da integração econômica engendrada pela hegemonia do modo de produção capitalista causou o aparecimento de uma economia interescolar e de uma divisão social e territorial do trabalho mais fluida e dinâmica que nos períodos precedentes, conquanto socialmente excludente refletindo as perfídias do modo hegemônico de produção. Esse setor produtivo tem, ao visar o lucro, ocupado o espaço agrícola do território brasileiro substituindo a plantação de alimentos basilares à saúde humana por produtos e alimentos agrícolas destinados ao mercado externo, fragilizando a economia nacional e privilegiando os “agro-capitalistas” em função da “melhoria” da economia brasileira. Entretanto, os números pautados nesses índices quantitativos, escondem as verdades dos fenômenos, a concentração dessa renda da terra e as desigualdades consequentes desse modo de produzir no campo.

Os agricultores familiares desprovidos de capital suficiente para competir no mercado são, muitas vezes, obrigados a deixar o campo ou a submeter-se ao agronegócio, ficando dependentes de financiamentos e endividamentos contínuos. Não obstante – e consequentemente – há uma tendência de fragilizar as categorias sociais economicamente



desfavorecidas, piorando a qualidade de vida da população devido ao aumento dos preços dos alimentos que, agora, demandam importação. É necessário pensar estratégias que favoreçam a produção para o mercado interno e que valorem essas categorias sociais. Entender como o espaço se (re)estrutura para o atendimento das demandas desse capital também pode auxiliar nos debates geográficos sobre a produção do espaço do campo e da cidade, reforçando a interdependência desses dois espaços de contiguidade das relações humanas.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

REFERÊNCIAS

ALVES, F. D. Da diversidade agrícola à commoditização do território: os efeitos do agronegócio na Região Imediata de Alfenas – Minas Gerais. **Boletim Alfenense de Geografia**. Alfenas. v. 1, n.2, p. 129-150, 2021.

CORREIA, G. G. S. Cafeicultura e especialização produtiva na região geográfica imediata de Alfenas-mg: as dinâmicas rurais e urbanas na commoditização do território. **Trabalho de conclusão de curso** - Instituto de ciências da natureza, curso de Geografia Licenciatura, Universidade Federal de Alfenas. Alfenas, p. 106. 2022.

COOXUPÉ. **Quem somos**, 2023. Disponível em: <https://www.cooxupe.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 10/04/2023

COSTA, S.M.G. Agronegócio, produção de alimentos e segurança alimentar na América Latina. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, v.20, p. 149-156, .2016

COSTA, T. M. M. da. Cafeicultura e transformações socioespaciais no município de Alfenas-MG pós-inundação pelo lago de furnas. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** - Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Alfenas. Alfenas, p. 153. 2023.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol. 9, núm. 1, mayo, 2007, pp. 25-39.

ELIAS, D. Agronegócio globalizado e (re)estruturação urbano-regional no Brasil. **Revista de Geografia (Recife)**. V. 39, No .2, 2022.

FILETTO, F., ALENCAR, E. Introdução e expansão do café na região sul de Minas Gerais. Organizações rurais e agroindustriais. **Revista de Administração da UFLA**, V.3 – Nº 1 – Jan/Jun – 2001.

IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em: 10/04/2023.



IBGE – **Censo Agropecuário**, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 10/04/2023.

IBGE. **Pesquisa Agrícola Municipal**, 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 11/04/2023.

MAPBIOMAS. **Projeto MapBiomass**, 2023. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 19/05/2023.

POMPEIA, C; SCHNEIDER, S. As diferentes narrativas alimentares do agronegócio. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba. v.57, p.175-198, 2021.

SANTOS, M. “Espaço e sociedade no Brasil: a urbanização recente”. In: **Geosul**, ano 3, no 5, 1988.

SOUZA, S. T. Relação campo–cidade: em busca de uma leitura dialética para a compreensão desses espaços na atualidade. p. 195-207. In: LOPES, Diva Maria Ferlin, HENRIQUE, Wendel. **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. 250 p. il. (Série estudos e pesquisas, 87).

SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62, jan./abr. 2010.

VALE, A. R. et al. A cafeicultura em Minas Gerais: estudo comparativo entre as regiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-23, jun., 2014;